



**Diário da Sessão n.º 024 de 21/06/01**

**Presidente:** Posto isto vamos entrar no debate na generalidade do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A, de 15 de Setembro - Apoio a conceder aos sinistrados**, apresentado pelo Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reconstrução dos estragos provocados pelo sismo de 1998 é um processo complexo, que aliás todos reconhecemos.

Sempre que o processo avança, novos problemas surgem e aqueles que não foram atempadamente resolvidos vão-se agravando.

O quadro legal em vigor (o Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A, de 25 de Setembro) visa a recuperação do parque habitacional e a salvaguarda do património construído existente à data do sismo, em condições de segurança, salubridade e com as dimensões adequadas a cada agregado familiar.

Todavia, a execução daquele diploma pelo Centro de Promoção da Reconstrução (CPR) tem sido restritiva, contrariando o espírito do legislador subjacente à sua elaboração e aprovação.

Tal prática tem provocado graves prejuízos para aqueles que sofreram as consequências do sismo de 9 de Julho de 1998.

Prejuízos injustos repetidamente constatados pela Comissão Eventual para o Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo que, por unanimidade, tem vindo, em regra, a apontar um caminho diverso daquele que segue o CPR, indo ao encontro das



pretensões dos sinistrados, cujos processos se encontram sujeitos à interpretação restritiva do CPR.

Num exercício de interpretação autêntica do espírito do legislador, a Comissão tem deliberado, de forma o mais extensiva e abrangente possível, sobre as situações que não estão explícitas na legislação.

Infelizmente, para além daquela prática restritiva e penalizadora dos direitos dos sinistrados, a burocracia e a deficiente hierarquização das prioridades têm vindo a originar um conjunto de reclamações, que bastas vezes têm chegado à Comissão, como último recurso.

Apesar das posições tomadas e dos compromissos do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, assumidos em sede da Comissão, continuam a subsistir situações que só por via de aclaração legislativa poderão ficar definitivamente resolvidas.

Decorridos três anos após o sismo, impõe-se uma nova intervenção da Assembleia Legislativa Regional, a fim de colmatar aquelas insuficiências. Pretende-se aproveitar, ainda, esta ocasião para dar forma de lei às orientações e interpretações aprovadas unanimemente na Assembleia Legislativa Regional mas que, até agora, ainda não foram regulamentadas pelo Governo Regional.

Neste Projecto de Decreto Legislativo Regional que o Partido Social Democrata apresenta, procura-se designadamente intervir nos seguintes aspectos:

1. Há vários sinistrados, comodatários e arrendatários, pertencentes ao 1º escalão e que embora tendo direito a uma casa, porque não têm terreno nem posses para o vir a adquirir, estão em risco de ficarem de fora do processo da reconstrução porque o Governo e o CPR não deram ainda qualquer enquadramento a estes casos. O que o PSD propõe é que todos os



sinistrados que estão nesta situação devem receber um apoio do Governo extensivo à cedência de terreno em regime de direito de superfície que viabilize a construção da casa a que já têm direito. Trata-se, no fundo, de fazer justiça junto daqueles que têm menos posses e por isso se revelam mais necessitados.

2. Neste momento os sinistrados do 2º e 3º escalão recebem do Governo o apoio em dinheiro para reconstruir ou reabilitar as suas casas. Para estes casos o CPR recusa fazer as obras. Ora acontece que muitos destes sinistrados ou são pessoas idosas, ou são pessoas sem iniciativa para negociar preços junto dos empreiteiros que lhes exigem preços muito mais altos do que os 90 contos por metro quadrado que o Governo apoia. O que o PSD propõe é que, caso os sinistrados do 2º e 3º escalão queiram, o Governo, em vez de dar o dinheiro faça a obra na percentagem do valor do apoio a que o sinistrado tinha direito, sendo o restante da conta do sinistrado.

3. Desde Julho de 1999 que a Comissão Eventual desta Assembleia para o Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo e o Secretário Regional da Habitação acordaram no sentido de que todos os sinistrados que não podem reconstruir a sua casa no mesmo local por razões de risco ou outras, têm direito a que o Governo lhes faça noutra local uma habitação com a mesma área ou maior se a que foi afectada pelo sismo era insuficiente para o agregado familiar. Apesar de haver este acordo, apesar de esse acordo ter sido contemplado na circular interna 1/99/CPR, a verdade é que temos conhecimento de muitos casos em que o CPR simplesmente não os cumpre, querendo obrigar as pessoas que estão nestas condições a aceitar casas de acordo com as tipologias, o que não está correcto e prejudica os sinistrados pois ficam com casas mais pequenas do



que as que tinham. O PSD propõe tão só que o acordo e a circular de 1999 sejam cumpridos e façam parte da lei, para as pessoas não continuarem a ser enganadas pelo comportamento discricionário do CPR.

4. Há muitos sinistrados que viviam com outros familiares na mesma casa e não são considerados comodatários porque não ocupavam uma parte independente da casa. O PSD propõe uma alteração desta prática interpretativa. O que queremos é que as pessoas que viviam na mesma casa, desde que provem que não comungavam mesa e despesas, possam ser consideradas comodatárias e, assim, passem a poder receber os apoios que a lei prevê. Por isso, propomos a adaptação do conceito de habitação, para efeitos de aplicação ao beneficiário comodatário, desligando-o da interpretação restrita aos casos de fracção autónoma legalmente constituída, e alargando-o às situações atrás já referidas.

5. Há casas cuja reconstrução no mesmo sítio é difícil e poderá trazer para o sinistrado despesas maiores do que as que ele pode assumir. Nestes casos, o PSD propõe que o sinistrado possa pedir a transferência do apoio a que tinha direito para a construção de uma casa noutra sítio ou para a aquisição de outra.

Com esta iniciativa estamos convictos que ajudamos a fazer justiça aos sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998. E a audição que Comissão Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa para a Recuperação dos Estragos do Sismo fez aos mais de 200 sinistrados de todas as freguesias da ilha do Faial acabou por confirmar a justeza e a oportunidade das propostas que fizemos. As preocupações, incertezas, desencantos, queixas e interrogações colocadas à Comissão não são uma invenção dos deputados do PSD. Elas são a prova do pulsar da realidade da reconstrução e a confirmação do muito que ainda há a fazer e a melhorar neste processo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Com esta iniciativa o PSD cumpre a sua obrigação para com os sinistrados e o seu dever como partido responsável, que, sendo oposição e assumindo-se como alternativa ao actual poder, não deixa de apresentar em sede própria as propostas que entende mais adequadas para ajudar a resolver as justas expectativas daqueles que têm procurado os seus deputados e denunciado as suas situações à Comissão Eventual de Acompanhamento da Acção Governativa para a Recuperação dos Estragos do Sismo.

O objectivo último desta nossa intervenção legislativa é o interesse dos sinistrados e o contributo para se encontrar as melhores soluções para os problemas detectados.

Apesar da actual maioria absoluta não ter querido ouvir as entidades mais directamente relacionadas com este processo, nomeadamente a Comissão do Sismo, o Grupo Parlamentar do PSD continua disponível até ao fim deste processo legislativo para chegar ao consenso no sentido de, dentro do espírito da nossa proposta, ir-se ao encontro dos verdadeiros problemas dos sinistrados.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, na longa noite de 9 de Setembro de 98, atribuiu à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo o epíteto de “monstrozinho”

O PSD e a oposição, nessa madrugada, tiveram o mérito de a transformar num autêntico “monstro”.



Com a apresentação do Projecto ora em discussão, o PSD tem certamente a pretensão de o elevar, no actual quadro legal, à categoria de “monstruosidade.”

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Em 1998, no debate do diploma actualmente em vigor, a bancada do PS alertou o plenário para alguns dos efeitos, designadamente para a possível tendência de várias situações de injustiça relativa. Na altura, dessa bancada foi afirmado que não estava em causa a justiça relativa, mas antes a justiça absoluta.

Srs. Deputados, uma eventual aprovação do Projecto em debate, conduzir-nos-ia agora à absoluta injustiça.

O diploma do PSD já foi classificado como uma proposta irrealista e demagógica, ao que nos atrevíamos a acrescentar: tecnicamente má e materialmente injusta.

Srs. Deputados, não obstante estas conclusões de ordem genérica, não compreendemos as soluções líricas e o alcance da generalidade das propostas materiais do PSD, plasmadas no seu Projecto.

Vamos a uma análise do próprio diploma, alteração ao artigo 2º.:

O acrescento de V. Exas. é tão descabido que poderia conduzir ao absurdo de ser interpretado no sentido de: um quarto igual a uma habitação. Certamente tal definição não consta de qualquer dicionário jurídico.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Estamos a discutir na generalidade. Ele não sabe a diferença.

**O Orador:** Estamos a falar de princípios.

Tal proposta, no que diz respeito à alteração do artigo 4º. querem V. Exas. contrariar em absoluto o espírito do diploma. Entra em escandalosa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

contradição com o disposto no artigo 3º. Seria de muito melhor técnica jurídica se os Srs. tivessem acrescentado um nº. 2 ao próprio artigo 3º.

Com a proposta de alteração do artigo 6º que respeita em exclusivo à aquisição e construção de habitação em local diferente, remetendo obviamente para o nº 2 do artigo 8º, não se compreende o aditamento proposto pelo PSD, que remete para o nº 1 do artigo 8º.

O mesmo vale para a proposta de aditamento do nº 3 desse artigo, juntando a isto que o CPR já está desde há longo tempo a dar cumprimento à interpretação que V. Exas. propõem no vosso texto, ressalvando, obviamente, a parte final.

Vamos aos aditamentos que V. Exas. propõem, aos novos princípios que V. Exas. pretendem acrescentar a este diploma.

O conteúdo do novo artigo proposto, com o número 7º-A, já está também a ser concretizado pelo CPR, exigindo-se só uma declaração da Câmara Municipal em relação às características das fracções em questão. Suscita-nos, contudo, diversas questões: a suspensão em automático, quem suspende? Será prorrogável? Por quanto tempo? Em que situações haverá prorrogação?

Mais uma nota relativamente a esta matéria e de técnica legislativa: melhor servia que este artigo surgisse como 13º-A, porquanto estamos a tratar de questões de instrução processual.

Detenhamo-nos no artigo 20º-A: Srs. Deputados, para quem falava em 1998 na imposição soviética de chave na mão, o que é que se pretende com isto?

No texto deparamo-nos com mais um tremendo absurdo: o alargamento de tal hipótese a todos os escalões significa uma coisa parecida com isto: alguém do 4º escalão (juros bonificados), poderia entregar o montante da



avaliação do projecto e ter uma obra construída em empreitada. Não queriam os Srs., certamente, uma coisa destas? Não acreditamos.

Quanto ao nº 2 do artigo 20º-A, esse protocolo surgia em que condições?

Mais:

O artigo 3º é outro absurdo. Mais um princípio, o princípio da retroactividade inerente à natureza interpretativa que querem atribuir a este diploma.

Srs. Deputados, não sobram, pois, quaisquer dúvidas que estamos perante um péssimo Projecto de diploma, não obstante lamentarmos profundamente que o PSD, numa forma incompreensível, se tenha escusado a debater e a explicitar as suas propostas em sede de comissão especializada.

O PS tem desde há muito tempo o seu trabalho feito e tem tido o cuidado de, constantemente, actualizar e de manter actualizadas as suas posições.

Nós, contudo, entendemos que existem situações concretas que aconselham uma rápida e adequada solução.

O PSD já demonstrou com o seu comportamento, ao longo destes últimos tempos e ao longo deste debate, que não pretende alcançar de imediato tal desiderato.

Acresce a tudo isto que as principais questões que hoje se colocam no processo de reconstrução, deverão ser resolvidas dentro do actual quadro legal, em absoluto respeito pelos seus princípios.

Por ser assim, o PS apresenta uma Proposta de Resolução que, seguindo a tramitação de processo de urgência, será discutida ainda hoje, a qual, em alguns aspectos, vai inclusivamente além do que propõe o PSD e na qual estão manifestamente expressas as nossas posições relativamente ao tratamento a dar a algumas questões no âmbito do processo de reconstrução, que neste momento assumem um carácter residual.





Era isto que tinha a dizer, Srs. Deputados.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Disse muito mal!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta semana parlamentar tinha que ser necessariamente marcada por uma abordagem à reconstrução. Tinha que ser marcada por isso, porque havia uma iniciativa legislativa que a partir de sexta-feira se soube que tinha condições de ser agendada nesta sessão. Tinha que ser também e principalmente marcada por isso, atendendo à evolução que o processo tem tido, atendendo às conclusões que o trabalho da Comissão Eventual de Acompanhamento tem chegado e que estão plasmadas no respectivo relatório, que são do conhecimento dos Srs. Deputados, e que resultam dum trabalho exaustivo da Comissão e de todos os Srs. Deputados, no sentido de constatação e avaliação de uma situação e propositura de soluções para muitos casos surgidos, tudo isto feito num quadro da própria evolução que o processo de reconstrução tem tido.

Portanto, era inevitável que esta semana este Parlamento tratasse da reconstrução.

Na sexta-feira, no sábado, no domingo ou na segunda não se sabia bem se o facto de ser obrigatoriamente tratado, teria como desiderato qualquer conclusão relacionada com a orientação, qualquer conclusão política relacionada com a eventualidade de outras evoluções, necessariamente evoluções correctivas na execução do processo. Não se sabia.

Começou-se a ganhar consciência, após a abertura dos trabalhos, que essa possibilidade primeiro existia, depois que seria inevitável. Repito: começou-se a ganhar consciência da inevitabilidade disso e penso que para



que essa situação se desse, convergiram vários factores e esses factores têm a ver com as várias bancadas aqui representadas, tem a ver naturalmente com a iniciativa legislativa que previamente tinha sido apresentada, tem a ver com a postura da generalidade dos deputados na Comissão, tem a ver com o relatório da Comissão...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Do sismo!

**O Orador:** ... do sismo, obviamente, tem a ver com a declaração política que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na tribuna na passada terça-feira.

O somatório destes factores criou objectivamente uma situação de não ser possível ao Governo Regional ou ao Grupo Parlamentar da maioria e à sua Direcção, manterem uma posição de intransigência em relação àquilo que se mete pelos olhos dentro de todos nós e, portanto, começou-se a ganhar, de facto, a consciência de que alguma coisa se teria que modificar e até ao fim desta sessão alguma coisa se vai modificar. Evidentemente que a correlação de forças aqui presentes aponta para que o que se vai modificar será pela forma de Resolução, de acordo com a proposta feita pelo partido maioritário.

Nós, neste momento estamos a abordar o Projecto de Decreto Legislativo Regional entregue pelo PSD.

A este respeito queria colocar um problema que já na terça-feira, quando tive oportunidade de responder a algumas observações do Sr. Presidente do Governo, disse.

O Grupo Parlamentar do PSD optou, quando assim o entendeu, por apresentar um Projecto de Decreto Legislativo Regional, partindo do pressuposto – e há pouco o Sr. Deputado Costa Pereira o disse – que “só



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

por via da aclaração legislativa”, e estou a citar, “ que este problema poderia ter evolução”.

O Grupo Parlamentar do PCP não optou por esse caminho. O Grupo Parlamentar do PCP optou, no trabalho corrente da Comissão Eventual, no trabalho político que desenvolve, na atitude política que se viu e que se corporizou numa declaração política na passada terça-feira, pelo caminho da pressão política e da argumentação política, partindo do pressuposto que o actual quadro legislativo existente é suficiente, desde que se façam as interpretações adequadas e permitam-me que coloque uma outra questão: se tenham os procedimentos administrativos correctos.

Portanto, tendo nós tido essa opção, tendo nós tomado deliberadamente essa linha de orientação - e conceder-nos-ão que se a nossa opção tivesse sido apresentar um Projecto de Decreto Legislativo Regional também o teríamos feito na altura em que tivéssemos entendido, mas não foi essa a nossa opção – obviamente que ficamos satisfeitos por, de algum modo, termos contribuído, com perfeita consciência que em conjunto com outros e com outras atitudes, para que desta sessão legislativa vá sair a Resolução que daqui a pouco iremos discutir.

Em relação ao conteúdo da matéria, da substância, nós não temos grandes divergências ou diferenças, no que respeita ao projecto apresentado pelo PSD. Não vemos nele aquela incapacidade jurídica que o Sr. Deputado Hernâni Jorge, com algum nervosismo, aqui pretendeu demonstrar, recorrendo às suas laboriosas fichas. Não temos essa opinião do documento apresentado. Podemos ter algumas diferenças e temos, mas em relação aos objectivos do diploma...

*(Vozes inaudíveis entre as várias bancada)*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**O Orador:** Quando terminar esta reunião, em contínuo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Pode prosseguir, Sr. Deputado. Estes apartes não o incomodam seguramente.

**O Orador:** Não posso, porque não me consigo concentrar.

**Presidente:** Srs. Deputados, facilitem a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

**O Orador:** Muito obrigado Sr. Presidente.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Ó Hernâni empresta-lhe uma ficha!

*(Risos da câmara)*

**O Orador:** Só que se o Sr. Deputado Hernâni me emprestasse as suas fichas eu, se calhar, ficava em melhores condições, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, para fazer algum lembrete sobre o que se passou aqui em Setembro de 1998, sobre o que se passou em Agosto de 1998 e sobre a história do Decreto Legislativo Regional 15/98/A e se fosse fazer esta história – não o vou fazer, porque não o quero fazer – talvez se ficasse a perceber melhor por que é que este processo nasceu de forma tão torta e se desenvolveu com aspectos tão errados.

Se comparássemos o que me foi mostrado no dia 1 de Agosto de 1998, com o que foi mostrado a esta Assembleia no dia 1 de Setembro de 1998 e se percebesse as diferenças que esse mês de veraneio introduziu no Decreto, talvez se percebesse essas coisas.

Se lembrasse, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, que não tive a mínima hesitação como responsável político, perante o Sr. Presidente do Governo Regional, nesse tal dia de Agosto de 1998, de dizer que apoiava de forma



completa e sem restrições aquilo que era proposto, mas o que li um mês depois não era o que me foi mostrado e que me foi pedido apoio.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Portanto, esta história tem que ser feita e deve ser feita.

Não ia falar muito nela, mas a ficha do Sr. Deputado Hernâni, posta como foi, implica necessariamente que eu tivesse que falar nisto.

Fechado o parêntesis, vamos então continuar para dizer que não tendo nós divergências de fundo quanto à matéria tratada no Projecto do PSD, mas tendo optado por um caminho que passa por um processo de convencimento e de envolvimento político, ao qual mais se adequa uma resolução, a nossa opção e a nossa aposta vai, em princípio, pela solução de Resolução e sobre ela me pronunciarei na altura certa dos nossos debates desta noite.

Neste sentido, a nossa posição de voto, em relação a esta proposta do PSD, será de abstenção. Essa abstenção não significa diferenças profundas no conteúdo, mas significa um entendimento diferente do procedimento.

Nós pensamos, de facto, que estes quadro legal é suficiente. Nós pensamos, de facto, que o que tem sido insuficiente tem sido o procedimento administrativo, a orientação e a direcção. Nós pensamos, de facto, que o que tem faltado é o diálogo. Nós pensamos que o que sempre faltou neste processo foi a capacidade de ouvir os outros, foi a capacidade de pôr de lado a tentação de procurar tirar proveito que não se tira de processos destes. O que tem faltado é isso. O que tem faltado é sensibilidade para perceber casos humanos, para perceber situações em que pessoas foram cometidas com esta situação. É isso que tem faltado.

O que é necessário é uma orientação melhor. O que é necessário é mais sensibilidade e é um maior rigor no tratamento de certos casos. O que é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

necessário é uma orientação suficiente para desbloquear aqueles três grupos de problemas que levantei na declaração política e que estão, de facto, bloqueados. É isso que é necessário para que tenha sentido um maior ritmo que a reconstrução tomou depois da adjudicação das empreitadas. O que é necessário é uma orientação que faça com que aqueles casos, podendo já ser menos, mas que estão muito atrasados, possam ser posto em dia. O que é necessário é a sensibilidade para que sejam tomadas medidas efectivas para que a situação dos idosos e das idosas que a Comissão encontrou ao longo desta ilha, possam ser resolvidos o mais rapidamente possível.

**Presidente do Governo Regional** (*Calos César*): Vá fazer demagogia para casa!

**O Orador:** É tudo isto que é necessário fazer, Sr. Presidente. É isto que é necessário sentir e para sentir é preciso saber e não são só em visitas oficiais que se sabe, sabe-se contactando, sabe-se ouvindo as pessoas, vendo os problemas, visitando as casas, visitando os pré-fabricados, etc., não com comitivas, mas no dia-a-dia como eu faço, o seu camarada de bancada e os outros. deputados desta ilha e das ilhas vizinhas o fazem.

**Presidente do Governo Regional** (*Calos César*): Eu também faço.

**O Orador:** Pela conclusão do Sr. Presidente, não parece.

**Presidente do Governo Regional** (*Calos César*): Não toco violino!

**O Orador:** Não toca violino!?

**Deputado Mark Marques** (*PSD*): Toca uma orquestra!

**O Orador:** Exactamente, toca uma orquestra completa e põe os músicos a tocar, porque por causa duma declaração política que aqui foi proferida há 2 ou 3 dias, logo de seguida há visitas oficiais do Sr. Secretário, que está por detrás de si, a anunciar milhões e milhões.



*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do PP)*

**O Orador:** É pena, Sr. Presidente, que neste processo da reconstrução os Srs. não tenham sido capazes de pôr em efectivo exercício uma capacidade de diálogo que, neste caso, era muito essencial.

É pena, Sr. Presidente, que todas as situações em que, de forma absolutamente clara e desinteressada, nós trabalhámos no sentido de procurar contribuir, no sentido de apelar a que se rectificassem coisas que na altura eram simples de rectificar, que se tomassem medidas que eram simples de tomar, fechassem os ouvidos, como fecharam ao longo destes quase três anos. É com muita pena que digo isto.

Apesar de tudo, digo-lhe isto: nós mantemos inteiramente a nossa disponibilidade de contribuir para que este processo possa prosseguir, o melhor possível, possa corrigir os erros que têm tido, possa desbloquear as situações que estão bloqueadas, possa resolver os casos que eram inesperados. Mantemos essa inteira disponibilidade, Sr. Presidente, e demonstramo-la no dia-a-dia.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito sucintamente, em nome da minha bancada, para, ao tomar posição sobre este diploma, referir o seguinte:

Em primeiro lugar, parece-nos fundamental ter presente que, efectivamente, a legislação que saiu desta Casa há três anos atrás, tinha e teve um alcance social, com uma filosofia que foi introduzida no diploma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

pela maioria parlamentar, constituída então pelos partidos da oposição, contra a vontade expressa do Governo e do partido que o apoiava.

Parece-nos ter isso presente, como alguém já aqui referiu, e pode ser importante para perceber que na prática, em alguns casos, tenha prevalecido, por parte do executivo, uma filosofia restritiva relativamente à interpretação, deliberação e execução sobre muitas das situações que, entretanto, no terreno vieram a ocorrer.

Os excelentes trabalhos e relatórios que nos têm sido presentes pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Sismo, eles próprios são documentos reveladores de que as situações que no dia-a-dia vão ocorrendo, muitas delas poderiam ter o encaminhamento e a solução que, infelizmente, não encontraram.

É neste quadro que o Grupo Parlamentar do Partido Popular subscreve e concorda integralmente com a exposição de motivos que o Deputado Costa Pereira, em nome da sua bancada, aqui nos trouxe como fundamento para o diploma que aqui nos apresenta.

Sob este ponto de vista, entendemos que se trata dum contributo sério, dum contributo útil para gerar as condições no sentido de se encontrar as soluções justas e adequadas à luz e em obediência à filosofia ampla que consta do diploma que saiu desta Assembleia.

Lamentamos que a postura aqui trazida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Hernâni Jorge, de facto, revele uma intenção destrutiva relativamente a um contributo que é apresentado neste Parlamento.

Se o problema, apresentado pelo porta-voz da bancada do PS, é de forma, é de correcção, é de alterações ao artigo A, B ou C, parece-me que a forma prática de se fazer isso nos parlamentos é apresentar as alterações. É





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

corrigir, é ter a tal postura construtiva, face a uma iniciativa que ocorre. É esta a nossa maneira de ser, a maneira de ver e a maneira que defendemos politicamente nesta Casa, porque entendemos, exactamente, que é preciso alterar um estado de coisas, porque nós também somos, e isso já foi dito numa forma muito clara pelo Sr. Deputado Decq Mota e subscrevo-o inteiramente, dos que acreditamos que poderia não ter sido necessário, e acho que tinha dito isso há pouco nas minhas palavras, mas explicito: entendemos que até poderia ser desnecessário ter-se chegado à situação em que aqui nos encontramos.

Entendemos que, talvez, à luz dos instrumentos que o Governo já possuía, poderia efectivamente já ter posto em prática uma política adequada e justa nesse domínio. O problema é que, passados estes dois anos e meio, não o fez e cabe a esta Câmara agir e actuar perante as omissões ou os erros do Governo Regional dos Açores, mais que não seja se agora surgirem outras fórmulas que pretendam atingir o mesmo objectivo.

Estamos a apreciar um Projecto de Decreto Legislativo Regional que vem ao encontro do que o CDS/PP entende que também deve ser feito no processo de reconstrução, com melhorias ou sem melhorias, em matérias em que tiverem dúvidas, sobre as mesmas apresentarem alterações em sede de especialidade.

Concluimos dizendo que vamos votar este Projecto de Decreto Legislativo Regional, pelas razões que apresentámos e pelo que já foi dito nesta Assembleia nas intervenções que nos antecederam e que tiveram perfeito cabimento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.



O Sr. Deputado Hernâni brindou-nos aqui com um conjunto de perguntas e de dúvidas que não são existenciais, mas são técnicas, de natureza jurídica, sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que acabámos de apresentar.

Assiste-lhe todo o direito, até como jurista, mas devia ter tido a disponibilidade que não teve para remeter essas perguntas para a reunião da Comissão do Sismo, onde este assunto podia ter sido debatido se o Sr. não tivesse simplesmente querido enterrar este diploma logo na análise da Comissão de Política Geral.

Daqui a alguns momentos vamos ter nesta Casa a discussão do diploma da reforma curricular, que também é um diploma importante. Ainda há 4 meses na Comissão justificadamente, e com fundamento a ouvir sindicatos, escolas, ouvimos várias entidades para se ter um parecer capaz, para se ter um diploma que honre esta Casa.

O diploma do sismo foi à primeira reunião da Comissão de Política Geral, os Srs. quiseram-no fechar lá dentro e cometeram até o absurdo de nem sequer querer discuti-lo na Comissão que esta Assembleia criou para acompanhar as questões do sismo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Há outra questão que lhe quero colocar e pergunto-lhe directamente e agradeço que quando usar da palavra me responda também directamente.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sejamos honestos nas abordagens, Sr. Deputado.

**O Orador:** Honestíssimo e agradeço também uma resposta honesta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Os problemas que eu identifiquei naquela bancada como originários da intervenção que nós propomos, são falsos? Não existem? Quero que me responda.

Se nós não tivéssemos apontado esta iniciativa legislativa, os Srs. tinham feito alguma coisa? Ao fim de três anos o que é que fizeram?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Nada!

**O Orador:** Esteve tudo bem até aqui?

Mais:

Se esta nossa proposta fosse tão má como o Sr. diz que é, por que é que os Srs. na vossa recomendação repetem em três pontos, dois que são praticamente iguais àquilo que nós aqui apresentamos.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Muito diferentes e vamos ver quando lá chegarmos.

**O Orador:** Nós depois vamos ver.

Finalmente Sr. Deputado José Decq Mota, respeito totalmente a sua opinião e os seus argumentos para se inclinar, em termos de intervenção neste Assembleia, não para um Projecto de Decreto Legislativo, mas para uma Resolução. Esse foi também um assunto que nós conversámos, em termos internos no PSD, mas perante a análise que fizemos à situação, achámos que só com um Decreto Legislativo Regional é que teríamos força para mudar o comportamento do Governo e do CPR e eu apresento-lhe apenas um exemplo para vermos que esta situação já não vai nem com recomendações, nem com resoluções, porque o Governo depois faz o que quer.

A Comissão do Sismo na anterior legislatura, em 1999, fez um acordo escrito com o Sr. Secretário em que dizia que os sinistrados em zonas de risco tinham direito a uma casa com as mesmas dimensões noutra local.



Alguns meses depois, em Novembro de 99, o CPR faz uma circular interna que diz exactamente a mesma coisa.

Há algumas semanas o Sr. Secretário, na Comissão, disse que nem sequer conhecia esse acordo.

Portanto, na prática o que é que se verifica? Verifica-se que o CPR a todas as pessoas que estão nestas circunstâncias de habitarem em zonas de risco, aplica as tipologias e vou dar-lhe só um exemplo dos muitos que conheço: um viúvo sinistrado tem a sua casa numa zona de risco e a sua casa está registada nas finanças com 120m<sup>2</sup> e por ser uma zona de risco não pode reconstruir a sua casa no mesmo sítio. O que é que deveria acontecer, de acordo com as interpretações todas e aquilo que está escrito na circular? A esse viúvo o Governo far-lhe-ia uma casa noutra local com a mesma área.

Eu tenho a carta que ele recebeu do CPR e que diz o seguinte: “o seu agregado familiar é só uma pessoa, vai ter um T1 com 70m<sup>2</sup>”.

Se isto não é retirar à propriedade privada e o direito da propriedade privada, o direito de ser ressarcido por uma coisa que o sinistrado não tem culpa, então não percebo o que é?

É este CPR, é este Governo que tem as coisas escritas num lado e depois faz o que quer do outro.

Se não houver uma intervenção legislativa nunca mais conseguimos impor isto, porque o que se passa é que a norma é interna, ninguém a conhece e eles fazem o que querem junto dos sinistrados, aproveitando-se da boa fé ou do desconhecimento de alguns deles.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



Nesta discussão na generalidade, nas diversas intervenções, há algo que começa a ser recorrente aqui e que, aliás, já foi referido em anteriores discussões pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PS que é: de um lado estão os bons e do outro lado estão os maus.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Outra vez?

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Que complexo!

**O Orador:** Digo isto, porque as palavras que foram ditas aqui demonstram isso e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse textualmente, referindo-se à atitude do PS: “há intenção destrutiva do PS”. Parece que, de facto, é isso que nós estamos aqui a tentar fazer.

Da parte do Sr. Deputado Decq Mota ouvimos uma intervenção cheia de emoção, como, aliás, ele nos habitua quando faz estas intervenções, mas que do ponto de substância resume-se a duas ou três coisas:

Em primeiro lugar, uma análise deste processo que o leva a concluir de que só o PS não tem intenção de agir, nem sequer está interessado em resolver os problemas e a única razão que o PS aparece com propostas é porque o Sr. Deputado Decq Mota fez uma declaração política no início dos trabalhos desta Assembleia, porque o PSD apresentou uma proposta de iniciativa, enfim, por toda uma série de pressões políticas. Aliás, ele próprio acaba por dizer que o PCP optou pelo caminho da pressão política e acha convictamente que o PS não tem uma atitude aberta para resolver os problemas. Não chegou ao ponto de dizer o que o Deputado Alvarino Pinheiro disse, que o PS tem uma intenção destrutiva, mas diz que não está interessado em resolver os problemas. Os factos provam o contrário e eu penso que, desse ponto de vista, o Deputado Decq Mota também gosta de raciocinar com factos.



Como sabe eu não acompanho ao pormenor, como os deputados da Comissão do Sismo, o que se passa, mas tenho prestado atenção e vivi aqui nesta cidade da Horta os momentos a seguir ao sismo e, aliás, tivemos muitas oportunidades de conversar sobre vários aspectos.

O que é um facto é que neste momento o que se pretende resolver aqui, das 3.179 famílias sinistradas, e não vamos dizer que uns casos são mais importantes do que outros, é fundamentalmente os casos onde não há disponibilidade de terra para construir, que será uma centena de casos, o caso das áreas maiores que serão cerca de uma dezena, o caso do segundo e terceiro escalões que serão também uma dúzia de casos.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** O quê? Eu não ouvi!

Pergunte ao Sr. Deputado Renato Leal quantos são!

**O Orador:** Portanto, estamos a tratar aqui de casos que merecem a nossa atenção, mas que não demonstram, do ponto de vista dos factos e dos números, uma falta motivação ou uma falta de intenção da parte do PS para os resolver, antes pelo contrário, porque o que se passou verdadeiramente – eu compreendo que o Sr. Deputado Decq Mota não tivesse na Comissão de Política Geral e eu levantei, porque estive lá e participei nos trabalhos – na Comissão de Política Geral foi o que é norma, que é quando um diploma é apresentado os proponentes fazem a sua apresentação e a sua defesa e os proponentes acharam por suficiente, nas suas próprias palavras, a introdução ao diploma como justificativa e não avançaram mais do que isso e a única coisa que propunham é que se procedesse a uma série de audiências.

Nós, da nossa parte, entendemos e tomámos a providência de que já havia trabalho feito, e há trabalho feito, aliás, foi dito aqui pelo Sr. Deputado



Costa Pereira. A Comissão do Sismo, nas suas palavras, anda a ouvir pessoas há mais de 4 meses.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Não é sobre este projecto.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Está a confundir tudo.

**O Orador:** Portanto, há um manancial de trabalho feito por todos os deputados que participam nessa Comissão que está relatado, que faz parte dum acervo e que poderia ter sido trazido, seja pelos deputados proponentes, seja por outros deputados, àquela Comissão e ter sido discutido ali. O que se verificou, de facto, foi que não houve intenção de o discutir.

Da parte do PS, na Comissão de Política Geral, o que foi dito foi que nós sentíamos que, no que respeita à informação existente, ela era suficiente e que entendíamos que os casos recenseados mereciam ser resolvidos com urgência. É essa atitude que justificou a posição do PS.

Se houve, de facto, incapacidade – e nem sequer levanto má fé, neste caso, da parte dos proponentes – de perceber que na altura naquela Comissão o PS estava disponível para discutir e para encontrar soluções, então não têm de assacar essas responsabilidades aos Deputados do PS na Comissão de Política Geral, mas sim à vossa própria incapacidade de o perceberem e disponibilizarem para discutirem estes problemas.

Portanto, resumindo e concluindo, todas as acusações, levantamentos de suspeição que aqui foram feitos, são perfeitamente infundados, como, aliás, a própria Proposta de Resolução que vai ser discutida nesta Casa, o vai provar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.



**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria, em nome do Governo Regional e mais uma vez nesta Câmara, de exprimir, por um lado, a posição do Governo perante o processo da reconstrução e dizendo em primeiro lugar duas coisas:

Nós não aceitamos que, neste processo, como noutros, ninguém dê a ideia de ter mais coração ou mais esperança no processo, do que aqueles que estão todos os dias com os problemas entre mãos.

Acreditamos que há pessoas, desde a primeira hora, empenhadas e convictas nesta situação, que sofrem com aqueles que sofrem, mas não pensamos que possa haver uma posição distinta de qualquer um dos Srs. Deputados ou de qualquer pessoa que minimize o papel do Governo ou a intenção do Governo neste processo.

É por isso que também, para além das questões de intenção, nós desde a primeira hora nos propusemos planear e executar um processo que nesta altura já tem 1.288 casos apoiados, num montante de 6 milhões de contos, que nesta altura já tem as obras públicas praticamente todas concluídas, num montante de 3 milhões de contos, que teve um processo de realojamento provisório difícil, porque teve que atender ao problema social, que não foi gerado pelo facto de termos posto quase um pré-fabricado em cada quintal de cada sinistrado e, naturalmente, também por termos já lançado 40 empreitadas em 13 empresas, num montante de 16 milhões de contos.

Portanto, o Governo com esta postura não aceita que se diga que tem visões restritivas sobre o processo, independentemente do diploma legislativo que nós usamos possa ter, ao longo do tempo, necessidade de afinações, mas não afinações, quanto a nós, estruturais que mudam as regras de





funcionamento deste processo ao longo do tempo, porque gerariam mais iniquidades a partir de determinada altura.

O que nós sempre admitimos é que haveria, como há agora, franjas do processo que poderiam merecer a atenção e mesmo para alguns casos que já foram referenciados aqui nas propostas só a nível dos princípios, é bom que se saiba que dos 1.492 casos que estão em curso do 1º escalão, nós com aquilo que está aqui proposto, eventualmente, temos casos muito reduzidos em relação à questão daqueles que sairiam das zonas de risco.

No caso das zonas de risco, nós no Pico temos dois lotes cedidos e em qualquer um desses casos houve aumento de área. No caso do Faial nós já cedemos 58 lotes e só uma percentagem de cerca de 9 lotes é que há, não em relação à tipologia, mas em relação às áreas, alguma diminuição.

Nós não contabilizamos nesta situação uma coisa que os Srs. Deputados não se referem, que é o espírito do articulado do artigo 8º que está exactamente nesta situação, que nós podemos encaixar na cedência de lotes e aí não há dúvidas, independentemente do direito circulatório, que não existe, mas numa circular interpretativa que pode ter uma visão diferente, que é, efectivamente, essa que está plasmada na circular, mas mesmo assim esses casos residuais que são 9, representam lotes cedidos de pessoas que aceitaram o lote do Governo Regional, de pessoas que aceitaram um projecto que custa entre 600 e 1000 contos, de pessoas que vão ser apoiadas na totalidade quando estão no 1º escalão e de pessoas que também sabem, e que aceitaram exactamente por isso, que não é contabilizado o facto das pessoas saírem numa zona de risco para uma zona segura, de pessoas que sabem que não tinham até condições, independentemente de até terem alguma pequena área a mais e que pudessem, neste caso concreto,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

ser prejudicadas com uma casa que não tem comparação possível, não só em termos de salubridade, mas também segurança.

Portanto, é preciso sermos rigorosos quando atendemos e entendemos os números do processo de reconstrução e esses números são importantes, porque também eles representam casos, casos que na maioria, felizmente, estão a ser resolvidos e bem, como provavelmente os Srs. Deputados também viram ao longo das vossas audições e das vossas visitas pelas freguesias, mas o Governo Regional já há muito tempo que pratica isso. Eu próprio nas primeiras semanas da reconstrução dei a volta às freguesias, de salão paroquial em salão paroquial, a falar com os sinistrados e a explicar a legislação.

Portanto, não há falta de proximidade do Governo nem das suas estruturas com os sinistrados. Não há desatenção e desrespeito do Governo num processo que já foi falado aqui, que é complexo, que envolve centenas de casos, que envolve centenas de situações, que envolve centenas de decisões que é preciso tomar no dia-a-dia.

É preciso também verificar muitas vezes as próprias queixas, como os Srs. Deputados da Comissão de Acompanhamento do Sismo sabem, porque não é só ouvirmos as queixas e os Srs. Deputados sabem que muitas vezes, depois de terem a informação toda completa, as coisas não são bem assim. Outras vezes é e as coisas são também rectificadas.

É preciso entendermos que o Governo Regional, ao investir o que já investiu, ao planear o que já planeou, ao ter a noção que a redução das vulnerabilidades sísmicas de todo o edificado parque habitacional do Pico e do Faial, está a prestar um serviço desejável, um serviço importante em prol destas duas populações e que ele não se compadece em estarmos só todos os dias a tomar a “nuvem pelo junco”, em não termos, efectivamente,



atenção também ao grosso e ao que está saliente do processo da reconstrução.

Quanto aos casos particulares, quanto àqueles que vão surgindo particularmente, quer no âmbito daquilo que foi aparecendo ao longo deste processo, quer no âmbito daquilo que foi progressivamente interpretado, nós estamos sempre disponíveis, mas é preciso nós referenciar-mos que essas situações são necessariamente situações que começam a atingir as partes mais residuais do processo da reconstrução e isso não significa que elas não tenham a mesma importância, mas é também uma generalização abusiva quando nós nos cingimos a esses casos e avançamos para caracterizar na globalidade o processo da reconstrução. Essa não é uma estratégia nem uma metodologia que nós consideramos correcta.

Felizmente que também vamos vendo nestas duas ilhas, à medida que o processo vai decorrendo, pessoas que estão satisfeitas, pessoas que ficaram em condições incomparavelmente melhores, pessoas que nunca pensaram que, efectivamente, as coisas poderiam correr assim e nós temos também que valorizar essas situações.

Aqui gostaria de introduzir um parêntesis:

Quando nós falamos de prioridades, quando nós falamos de pessoas idosas, nós estamos a falar de prioridades que foram estabelecidas pelas juntas de freguesia, em primeiro lugar, e que foram essas listas das juntas de freguesia que foram e são entregues às empresas, pelas quais o Governo Regional adjudicou as obras, e é a partir daí que as obras começam a desenvolver-se, independentemente de haver situações que quando merecem rectificação, o Governo Regional, através do CPR, muda a lista de prioridades se qualquer outra situação mereça essa rectificação. Isso são situações pontuais que nos merecem a atenção permanente, mas são,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

efectivamente, situações pontuais e mesmo as situações que têm sido relatadas ao longo deste processo, são situações que nós temos procurado enquadrar com boa fé, porque nós estamos tão interessados como os Srs. que este processo decorra bem e decorra com o espírito que nós, efectivamente, desenhamos desde o princípio, tais como edificações arquitectonicamente respeitadoras do nosso ambiente, com a salubridade e segurança.

Estes são princípios que nos têm norteado, independentemente do que possa gravitar à volta deste processo. São, efectivamente, situações residuais que começam a aparecer perante empreitadas da responsabilidade do Governo Regional, que estão todas adjudicadas e que o processo tem, necessariamente, o período de contratualização que está estabelecido com essas empresas.

Cá ficaremos nós sempre atentos para as rectificações que não subvertam os princípios que foram aqui estabelecidos inicialmente neste diploma e que nós abraçámos, em termos de segurança, e que conduzimos com todas as dificuldades numa ilha como é o Faial e que conseguimos trazer as empresas que já vieram para aqui, bem como as pessoas que vieram para, todos os dias, conduzir o processo ao nível do terreno.

Ficaremos permanentemente atentos para rectificar situações que, felizmente, nesta altura são cada vez mais pontuais e são essas que não servem para caracterizar o processo na sua globalidade. Quem faz isso está perdendo o seu tempo.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*



**Presidente:** Para uma segunda intervenção, na generalidade, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** É para pedidos de esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos. Tem 3 minutos.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Costa Pereira referiu-se à questão do diálogo.

O Sr. Deputado Fernando Lopes já abordou e muito bem essa questão.

Se alguém pode e deve ser acusado de falta de diálogo são os Srs. que na Comissão Especializada Permanente se recusaram a debater esta matéria.

As questões que nós hoje aqui colocámos foram levadas sexta-feira para Ponta Delgada para serem discutidas em sede de comissão.

Foram os Srs. que não quiseram discutir o vosso Projecto. Foram os Srs. que se escusaram ao diálogo.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isso cabe na cabeça de alguém?!

**O Orador:** Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado relativamente às tipologias, ao património e às áreas, ao espírito do legislador que o Sr. Deputado tantas vezes fala, o Sr. Deputado não leu a lei e não conhece de certeza as declarações do então deputado da vossa bancada, Madruga da Costa, quando foi discutido este diploma e aquando da discussão daquilo que se tornou o artigo 8º, dizia assim, falando do nº 1:

“As habitações a reconstruir e a reabilitar devem manter as áreas e a tipologias correspondentes às anteriormente existentes em condições de salubridade e segurança”.

Para que isto fique claro e para que se avance aqui de alguma forma com a interpretação autêntica deste nº 1, aquilo que se exprime aqui é o seguinte:



A pessoa tem o direito a reconstruir a sua casa tal qual como ela era, primeiro ponto.

Segundo ponto diz respeito ao nº 2 do artigo 8º: “No caso do beneficiário adquirir ou construir uma habitação, deve fazê-lo até ao limite máximo da área prevista no quadro seguinte...”

O quadro seguinte só tem áreas máximas, até às quais os beneficiários podem ir, de acordo com o seu agregado familiar. Não há área mínima. Há área máxima de acordo com o agregado familiar.

E, também para que não fiquem dúvidas. o nº 3 diz o seguinte:

“Se o imóvel a adquirir ou construir exceder o limite da área fixada no quadro anterior, o apoio será sempre limitado ao máximo da área fixada”.

Portanto, aqui fica claramente esclarecido que a pessoa pode ir além disso, recorrendo a fundos próprios ou de qualquer outra proveniência.

Posto isto, daquilo que parece um artigo com algumas situações menos claras, confusas ou de interpretação duvidosa, a desagregação que é feita nesta nossa proposta de alteração, vem de encontro à clarificação desta situação.

Não duvido que esta seja a própria intenção do Partido Socialista, só que nos parece que nesta formulação ela está mais clara, mais escorreita e cada qual fica ciente daquilo a que tem direito.

E, daqui não há que tergiversar, nem que sair, nem que discutir. É tal qual como a separação do azeite e da água.

Creio que esta nossa formulação é boa, é correcta, vai de encontro às reais expectativas das pessoas e respeita sobretudo também esta visão, esta sim, é que é a visão que salva o património.

E, mais abaixo concluía:



“É, efectivamente, neste artigo que está a grande diferença, Sr. Deputado. É neste artigo que nós – vós PSD - damos a medida da forma como queremos reconstruir as nossas ilhas.”

**Voices da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma segunda intervenção.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero ocupar muito tempo, queria apenas fazer algumas observações dando normal seguimento ao debate

Eu gostava de esclarecer o Sr. Deputado Fernando Lopes que, de facto, não estive nem tinha que estar na Comissão de Política Geral. Esteve como tinha que estar o deputado Paulo Valadão que é representante do PCP nessa Comissão.

Não estive nem tinha que estar, porque não passava pela cabeça de ninguém que a Comissão de Acompanhamento da Reconstrução não fosse analisar este diploma.

**Voices da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Como não passava pela cabeça dos seus camaradas de bancada. Até se esperava e teria sido desejável e adequado, com a prática recente da Assembleia em que a Comissão de Política Geral e a Comissão dos Assuntos Sociais em conjunto andaram a analisar uma série de problema, que tivesse até havido uma reunião conjunta das duas Comissões para analisar este diploma.

Por isso nunca pensei na possibilidade de ir a S. Miguel e participar na Comissão de Política Geral, porque nunca poderia ter elementos que me



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

levassem a concluir que este processo era tão abruptamente encerrado naquela sexta-feira, sem qualquer indicação em contrário.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Até fui eu que dei a notícia a alguns deputados da bancada do Partido Socialista que assim se tinha passado. Fui eu pessoalmente, nas conversas informais que mantemos todos, felizmente, uns com os outros, que dei essa notícia a alguns deputados.

Portanto, como se v, esta não é uma questão natural. Foi uma questão que a Direcção da bancada do PS decidiu legitimamente, mas não podem é querer que os outros estejam dentro das vossas cabeças, porque não estão, Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Bem bom!

**O Orador:** Não quero demorar nem prolongar desnecessariamente o debate, mas gostava apenas de fazer mais uma nota, uma nota muito séria e que é esta:

Quando de forma muito responsável, de forma muito sentida e de forma muito pensada se colocam problemas sobre a reconstrução e quando eu o tenho feito, das várias formas como o tenho feito na Comissão, por escrito, em intervenção política, directamente, etc., etc., não estou a fazer apreciações globais ao processo. Não estou a fazer apreciações nem globais nem final. Faltam muitos dados para que a apreciação possa ser positiva ou negativa, mais num sentido ou mais noutra, e não é o momento de se fazer essa apreciação, porque o que está em causa é o seguimento do processo, que é outra coisa. O que está em causa é o desbloqueamento das situações bloqueadas, que é outra coisa. O que está em causa é a postura perante os factos e das situações não esperados, que é outra coisa.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

É isso que tem sido referido e nunca foi numa filosofia de bons e de maus, mas foi, de facto, numa filosofia de análise da construção de um processo, de análise de alguns ditos procedimentos de ordem administrativa que nós não consideramos adequados.

Aliás, sempre defendi que a estrutura montada não foi a melhor, mas nem estou muito preocupado com isso neste momento. Estou preocupado, sim, e essa disponibilidade é a que eu sempre tenho tido e quando uso o termo “pressão política”, uso-o num sentido democrático perfeitamente defensável e necessário, porque senão não tínhamos um processo político vivo e democrático, quando uso esse termo de “pressão política” que é esse, de facto, o comportamento que temos tido, Sr. Deputado Fernando Lopes, que vamos continuar a ter, mantendo sempre, como disse há pouco, a disponibilidade de contribuir para que as soluções sejam encontradas e as situações melhoradas.

Quando for necessário e se for necessário fazer as avaliações, e digo-o já, mesmo num sentido totalmente positivo ou negativo, em qualquer dos casos, as avaliações globais finais, quando for preciso fazer contas a toda a situação, na altura própria fá-lo-emos todos, com certeza, mas não é disso que estamos a tratar e não vamos baralhar as coisas. Estamos a tratar de medidas que se revelam necessárias para o seguimento do processo e temos que as encontrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Relativamente à questão do diálogo, parece-me que estamos entendidos e acerca disso só queria dizer ao Sr. Deputado Hernâni Jorge que na última reunião que fizemos, se bem se lembra, da Comissão do Sismo no Pico, estávamos a conversar de alguns assuntos que tinham a ver com a proposta do PSD. Lembra-se do que é que disse? Não vale a pena falarmos disso, porque daqui a uns tempos vamos discuti-la cá.

O Sr. foi um dos autores...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não é verdade. Já é habitual trazerem inverdades para aqui.

**O Orador:** ... que impediu, nas costas de alguns dos seus colegas da Comissão, que este diploma viesse à discussão da Comissão. Isto é verdade, porque eu ouvi e outros ouviram.

Sr. Deputado Hernâni, acerca da questão do espírito do legislador que tem aí essa minúcia de procurar, naturalmente que essa parte que leu refere-se ao debate quando o diploma foi aprovado em Setembro de 98. Pois os documentos interpretativos que eu aqui trouxe, e que o Sr. se não leu devia ler, são os documentos interpretativos da Comissão do Sismo e as circulares do CPR são depois disso, são de 99 e destinam-se a aclarar aquilo que entendem ser a zona cinzenta desse diploma.

Isso que o Sr. referiu está claramente explicado no nº 2 da circular 1/99/CPR. O Sr. se não leu leia a circular 1/99/CPR e tem a resposta à dúvida que levantou

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário, só queria dizer aqui duas coisas:

Em primeiro lugar, relativamente à questão dos sinistrados, das zonas de risco., o Sr. referiu e quer confundir-nos, lotes e áreas de lotes com áreas das residências das casas. Ainda disse que todas as pessoas aceitaram os



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

seus lotes. Pois tinham que aceitar, porque quando chegavam às reuniões diziam-lhes assim: aceita ou fica para o fim ou não tem direito a nada. As pessoas quando diziam que queriam uma casa igual à que tinham, respondiam-lhe. “é esta e é bem bom”.

E, diziam mais.

Eu tenho um caso de duas viúvas que os Srs. queriam pôr na mesma casa, uma no rés do chão e outra no 1º andar. Eu sei do que é que estou a falar e conheço os casos todos e, se calhar, o Sr. também conhece.

Quanto às condições de segurança, é óbvio. Se o processo de reconstrução se define ele próprio por construir com segurança, pois também estas casas das pessoas que estão em zonas de risco têm que ser construídas com segurança e isso não pode ser desculpa nem pretexto para se reduzir a área a que as pessoas têm direito. Isso não é justificativo.

Finalmente, o Sr. disse que não havia desrespeito neste processo. Então o Sr. explique-me como é que um funcionário do CPR diz a mais do que um sinistrado, tivemos vários casos: “o Sr. vem cá buscar o projecto da sua casa? Vá à reunião dos Srs. Deputados que é em Castelo Branco.

O Sr. quer esclarecimentos sobre o seu caso, vá à reunião com os Srs. Deputados que é na Feteira”.

Isto é brincar com os Srs. Deputados. Isto é falta de respeito por esta Casa. Por isso, na última reunião da Comissão do Sismo, por unanimidade, foi aprovado um voto de protesto contra este comportamento.

Isto é que é um absurdo. Isto é que é desrespeito.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



É apenas para realçar um aspecto, Sr. Deputado José Decq Mota, relativamente a uma intervenção que V. Exa. fez terça-feira, declaração política do PCP.

Afirmou o Sr. Deputado José Decq Mota que o processo não era positivo. Quinta-feira à meia noite o Sr. Deputado Decq Mota diz que não tem ainda condições para fazer uma avaliação do processo na sua globalidade.

V. Exa. referiu que a intervenção política do PCP teria servido para empurrar ou impulsionar a tomada de posição por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Folgo muito em verificar que aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista durante estes dias vem reafirmando das suas posições relativamente ao processo de reconstrução, afinal também serviu para que o grupo Parlamentar do PCP pudesse considerar que, afinal, em todo o processo também existem aspectos positivos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na terça-feira, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, disse, e vou ler o parágrafo completo para não dizer que estou a trincar, o seguinte:

“Tenho que, em primeiro lugar e com o mais claro possível, transmitir a todas as senhoras e senhores deputados que o panorama que resulta da referida acção governativa na reconstrução não é bom, não é sadio, não é transparente, não é eficiente, numa palavra não é positivo”.

Estou a referir-me ao panorama que resulta da acção governativa na reconstrução, depois de fazer a enumeração duma série de situações que



passaram pela Comissão, que passaram pelos deputados, que foram tipificados em relatórios, que foram levantados e objecto de discussão.

Não se trata duma análise global do processo de reconstrução nos seus aspectos financeiros, de projecto, de financiamento, de execução de obra, de fiscalização e de resolução dos problemas sociais. Isso é que é, de facto, uma análise global e até de ritmo.

Ao longo da intervenção refiro que o ritmo melhorou com a adjudicação das obras, mas que subsistem muitos problemas que inclusivamente está aqui algures no texto, e não vou agora procurar, mas disse que muitos deputados da Comissão não esperavam que naquelas 13 ou 14 reuniões que fizemos, aparecessem tantos casos e aqueles típicos casos, mas apareceram e é na sequência disse que aparece a classificação do panorama. Não é uma análise global.

Penso que o esclarecimento está dado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar, em primeiro lugar, uma informação.

Quando nós falamos nas zonas de risco temos um conceito que subjaz a estas zonas de risco em termos de obrigação do Governo Regional. São as tipologias que é o ponto 5 do artigo 66º do REGEU que efectivamente fala em número de quartos e, portanto, nós não estamos também a trabalhar só com a casuística do Sr. Deputado, ora na visão diocesana, ora na visão paroquial que muitas vezes se caracteriza a sua postura perante o problema. Ainda em relação a esta matéria queria mesmo dizer que quando carrega exemplos para aqui, tentando dar uma visão de pouco respeito do CPR



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

pelos sinistrados, nós também só admitimos que possa haver na relação entre os funcionários e a administração, situações menos correctas que devem ser denunciadas, mas no caso vertente que aponta aqui e é uma situação que também já foi referida na Comissão de Acompanhamento, eu tive o cuidado de mandar verificar no CPR, em relação à funcionária que eventualmente teria tido essa atitude menos correcta.

Da verificação que foi feita o que foi dito da funcionária, que tem uma missão itinerante nas freguesias do Faial, recebendo nos escritórios da fiscalização muitos sinistrados para lhes dar as informações que eles precisam, – e que é uma funcionária, aliás, com muita experiência na área do recebimento, porque não foi efectivamente recrutada no âmbito dos quadros dos CPR, está lá vinda doutro departamento governamental e já fazia esse tipo de trabalho – isso foi-me negado categoricamente e foi até pedido que no seio da Comissão pudesse haver a acareação da situação.

Portanto, é esta informação que eu disponho e parece-me que não é legítimo também da sua parte invocar desrespeito sem saber, efectivamente, até às últimas consequências de que é que se tratam as queixas.

Em penso que é fundamental, como, aliás, já tiveram o cuidado de fazer em outras circunstâncias, de quando recebem uma queixa, uma denúncia, verificarem primeiro a informação dos serviços e partir daí, então tirem as conclusões que bem entenderem. Neste caso concreto não o fizeram.

Em relação a esse outro problema que falou de duas viúvas, a única história que conheço, em relação a essa matéria, é efectivamente, à sucapa, algumas pessoas, com intenções que eu não conheço, na altura de se fornecer e se atribuir às pessoas os pré-fabricados, que na maioria dos casos são T2 e alguns são T3, duas viúvas que queriam ficar juntas e o que disseram a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

alguém do CPR, não sei se se trata das mesmas viúvas, foi que tinham aparecido uns senhores a dizer que não valia a pena elas ficarem juntas, porque elas tinham direito a um pré-fabricado cada uma.

Portanto, são estas situações que também fazem parte doutra história do sismo que provavelmente nunca virá a esta Casa, mas que nós também conhecemos e muitas outras que não abonariam nem dignificariam o processo.

No caso concreto, nós reconhecemos que elas são torneadas pelo bom senso e pela boa fé que nós pomos sempre neste processo, porque nós quando recebemos denúncias, nós quando verificamos casos incorrectos que existem em todas as classes de apoio, desde a nº 1 até à nº 4, nós tentamos perceber se essas situações devem merecer a nossa atenção e o nosso cuidado para que o método da decisão não saia tergiversado na parte final da assunção da decisão que nós tomamos em relação a cada um dos casos.

Isto significa concretamente o seguinte: temos a atenção permanente às denúncias e às queixas que nós recebemos, quer elas venham dos Srs. Deputados, quer elas venham da Comissão de Acompanhamento, quer elas venham dos próprios cidadãos que muitas vezes também me encontram na rua e têm situações problemáticas que eu devo informar-me primeiro e investigar e só depois produzir juízos do tipo “desrespeito” ou outro que, de vez em quando, o Sr. Deputado gosta de alardear, dando a ideia de que a situação é um caos e que, efectivamente, o processo está sendo conduzido com o maior dos desrespeitos.

Não é essa a verdade e nós estaremos dispostos para averiguar e dar as respostas que forem necessárias, mas para não admitir que qualquer queixa



sem verificação e sem averiguação possa servir para os Srs. tirarem as ilações abusivas que muitas vezes percebemos que querem fazer.

**Presidente:** O Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Vamos começar pela questão das queixas que tanto incomodou o senhor, mas eu devo-lhe dizer...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Incomodam-me!

**O Orador:** Pois, eu se estivesse no seu lugar também ficava incomodado. ...que essa questão das queixas não é a minha perspectiva.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** A sua perspectiva é fazer queixinhas!

**O Orador:** As queixinhas que o Sr. está a referir não são minhas, são da Comissão. O Sr. vá ler o relatório da Comissão e verá que aquilo que eu disse aqui está lá referido e o protesto não é meu, o protesto foi aprovado, por unanimidade, por todos os deputados. Quem fez a proposta do protesto nem fui eu, foi um deputado do seu partido.

**Veze da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Quanto à questão das zonas de risco, o Sr. faz agora uma fuga para o lado, vem falar agora no REGEU e nas tipologias...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** O Sr. não sabe o que é isso!

**O Orador:** Sei o que é, mas não lhe vou explicar agora.





O que eu quero dizer é que se o Sr. tem uma circular e o Sr. esteve numa reunião em que se aprovou que as áreas das casas eram iguais, eu gostava que me explicasse por que é que não cumpre isso?

Eu só preciso que me explique por que é que o Sr. fez uma circular no CPR, o Sr. esteve numa reunião com a anterior Comissão do Sismo em que chegaram a acordo que as áreas das casas das zonas de risco eram construídas com a mesma área ou maior e o Sr., pura e simplesmente, não cumpre isso, nem o CPR e pior do que isso, escrevem às pessoas a dizer assim: é uma pessoa, tem direito a um T1, são 70m<sup>2</sup>, mesmo que a pessoa tivesse uma casa com 120 ou mais m<sup>2</sup>.

Portanto, isto não é aceitável, porque a lei nestes casos não se refere apenas a zonas de risco. Estamos a dar exemplos de zonas de risco, mas também podem ser por razões ambientais ou por razões urbanísticas.

O Sr. achava bem que, para corrigir uma curva, pusesse a casa numa pessoa fora e depois dizia-lhe, o Sr. agora está sozinho, tinha uma casa de 120m<sup>2</sup>, mas vou-lhe fazer uma de 70m<sup>2</sup>. O Sr. achava bem isto? O raciocínio é igual e é isso que a lei prevê.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):  
Artigo 8º. Leia!

**O Orador:** O Sr. leia o nº 2 da circular 1/99 do CPR, que é um organismo da sua dependência e devia conhecer o que é que eles fazem lá.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): O Sr. não conhece o artigo 8º. do Decreto Legislativo Regional.

**O Orador:** Eu conheço mais do que o Sr. pensa. Isso que o Sr. está a dizer não se aplica a estes casos.



O Sr. leia o parecer jurídico que está na circular 1/99 e veja, porque não é só saber ler é preciso também saber interpretar, que aquilo que lá está aplicado é apenas para os casos...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): A minha 4ª classe é igual à sua!

**O Orador:** ... em que as pessoas saem das suas zonas porque querem, não por serem obrigadas a sair, porque estão numa zona de risco.

Percebeu a diferença? Se não percebeu eu volto a explicar.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Está no artigo 8º..

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte de Freitas.

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, o PS prepara-se para chumbar uma proposta do PSD.

Fica, de novo, vincada a postura socialista de negar, pela força de uma maioria absoluta, as propostas que vêm do partido de alternativa ao poder.

Releva-se, assim, cada vez mais, **o perfil de oposição construtiva e proponente do PSD e a cega vontade do PS de chumbar as nossas propostas.**

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Se o PSD critica e alerta, para o PS, é porque tem um discurso destrutivo.

Se o PSD propõe, é-lhe negada qualquer hipótese de fazer valer os seus pontos de vista.



Foi assim com as pensões, foi assim com os impostos, foi assim com as propostas de alteração ao Plano Foi assim também com a desvirtuação das propostas acerca das IPSS.

É assim com o chumbo antecipadamente anunciado e agora confirmado das propostas de alteração ao diploma da reconstrução.

Ainda só vamos com seis meses desta maioria mas já todos percebemos que a atitude do PSD incomoda os socialistas, a ponto de negar a força da razão, pela razão da força de uma maioria absoluta autista para tudo o que vem da bancada social democrata.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Continuaremos no entanto, o nosso caminho.

Não deixaremos de criticar e alertar.

Não deixaremos de apresentar alternativas.

Estamos convictos que, em todas as nossas propostas tínhamos razão e estamos bem acompanhados por aqueles que poderiam, com elas, ter beneficiado.

**Deputado José Manuel Boleeiro (PSD):** É verdade.

**O Orador:** Tal não aconteceu devido á postura isolacionista do PS e retaliadora às propostas do Partido que um dia será poder no seu lugar.

A memória recorrente do passado oposicionista do PS e a perspectiva de crescimento do PSD em desfavor dos socialistas provoca, no Governo e nos socialistas, reacções mais emocionais do que de racionalidade democrática e cívica.

No caso em apreço estamos convictos dos nossos argumentos.

E a prova de tal é que, por um lado, o PS rejeita um Projecto de Decreto Legislativo que colocaria em letra da lei muitas recomendações da Comissão do Sismo e apelos dos sinistrados que não tem tido eco junto do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Governo e, por outro, – tal como fez em relação às IPSS - os socialistas, não negando as razões de fundo destes diplomas, rejeitam as suas propostas, e encenam, como reacção, alternativas esvaziadas, na sua grande maioria de conteúdo, apenas para poderem salvar um pouco a face.

Esta tentativa de salvar de face já foi, aliás, ensaiada pelo Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos que, á imagem de outras circunstâncias, quando vê criticada a sua actuação a nível da reconstrução neste Parlamento fecha-se em copas e chama a comunicação social para, fora desta casa, tentar maquilhar as criticas que vem de todos os lados.

**Voices da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não dizemos que não se fez nada.

Até reconhecemos que há um novo fôlego, mas outra coisa não seria de esperar, após quase três anos a encher o peito de ar sem obra visível.

A solução encontrada pelo PS revela também a governamentalização desta Assembleia e a precipitação do Secretário José Contente e dos membros mais ortodoxos do Grupo Parlamentar Socialista, que deixaram, certamente, muito incomodados outros Deputados desse Partido.

O Senhor Presidente da Comissão do Sismo, em reuniões com os sinistrados disse, várias vezes, que alguns dos problemas apresentados tinham resposta prevista no Diploma do PSD, que em breve aquela Comissão analisaria. São palavras do Dr. Renato Leal, perante os sinistrados, nas reuniões na ilha do Faial.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Mais uma vez não é verdade, Sr. Deputado.

**O Orador:** Contudo, a ânsia trituradora socialista em relação às propostas do PSD, levou a que os Deputados Socialistas não quisessem que o nosso Diploma chegasse à Comissão do Sismo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Não podem porém impedir que no Plenário este seja discutido, como não podem inviabilizar que nos pronunciemos e continuemos a agir.

Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 08 de Julho de 1999, o Secretário José Contente dizia na Comissão do Sismo que havia zonas cinzentas na interpretação do Decreto Legislativo Regional da Reconstrução, tornando-se necessário elencar os casos que se começavam já então, a repetir, com a finalidade do Governo Regional regulamentar aquilo que era, e é, menos claro.

Disse ainda o Senhor Secretário que poderiam sair da Comissão propostas para a regulamentação da reconstrução das habitações.

Nessa sequência, a Comissão elaborou um conjunto de recomendações a que denominou “Proposta de Natureza Interpretativa ao Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A de 25 de Setembro.”

Essa proposta de natureza interpretativa ficou anexa ao relatório apresentado no Plenário da ALRA de Outubro de 99 e foi remetida para a Secretaria da Habitação, para o CPR no Pico e Faial, para as Autarquias Locais das zonas sinistradas e para a Comunicação Social.

A circular interna do nº 1 de 1999, já aqui referida, aprovada em 11 de Novembro desse ano pelo Conselho Coordenador do CPR e remetida para apreciação do Concelho Consultivo deste Centro na reunião de 26 do mesmo mês de Novembro, referia-se, explicitamente, a algumas das propostas de natureza interpretativa da Comissão do Sismo, mas não assumia na generalidade as sugestões apresentadas por aquela Comissão.

Ora acontece porém que, na reunião da Comissão de 14 de Maio passado, o Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos, estranha e surpreendentemente, referiu que não conhecia as normas interpretativas da anterior Comissão e que não lhe teriam sido enviadas.



Explicitou também a opinião redutora que tinha do âmbito e decisões da Comissão do Sismo.

Entretanto, e face à necessidade de dar forma de lei às orientações e interpretações aprovadas unanimemente na Comissão do Sismo e que até agora não foram regulamentadas pelo Governo Regional, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta este Projecto de Decreto Legislativo Regional em 11 de Maio passado.

Logo em 16 desse mesmo mês, o Senhor Secretário José Contente rotulava as nossas propostas de **“demagógicas”** e **“não credíveis”**, dizendo que estava em **“total desacordo”** com o projecto e ainda **que este iria aumentar despesas.**

No fundo, José Contente, disse que considerava a proposta social democrata **“sem sentido.”**

Ainda hoje a Comunicação Social fazia eco das reincidentes críticas do Senhor Secretário e dos **epítetos de irrealista e demagógica.**

Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Impossibilidade de reconstrução da habitação sinistrada em virtude da mesma se situar em zona de risco.

Entende-se que esta situação ultrapassa a vontade do sinistrado e que é matéria de interesse público.

Assim, o sinistrado tem direito à construção de uma casa, **com as dimensões daquela que possuía** independentemente da dimensão do agregado familiar, em terreno cedido pela Região com as dimensões adequadas a essa construção.

Este trecho consta da referida “Proposta de Natureza interpretativa ao Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/98/A de 25 de Setembro”, produzida pela Comissão Eventual para o Acompanhamento da Acção Governativa na



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Reconstrução dos Estragos do Sismo, conforme ficou acordado na reunião de 8 de Julho de 99 desta Comissão, com a presença do Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos.

Tal proposta pressupunha explicitamente que o seu conteúdo fosse vertido em Regulamentação a produzir pelo Governo Regional.

Em ofício de 27 de Julho de 2000, dirigido ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, esta Comissão de Acompanhamento dizia ainda:

"Atendendo aos inúmeros pedidos chegados a esta Comissão relativos a sinistrados que, não tendo apoios a 100%, as suas obras não são incluídas nas empreitadas lançadas pelo Centro de Promoção da Reconstrução, vimos recomendar a V. Exa. que é entendimento desta Comissão que **os sinistrados cujos apoios não atingiram os 100 %, também possam ter obras de recuperação, reabilitação ou outras, das suas habitações, incluídas e beneficiando do regime das empreitadas lançadas pelo C.P.R., desde que apresentem no C.P.R. a declaração de uma entidade bancária garantindo o financiamento do montante da sua responsabilidade (da parte que o sinistrado tem de suportar) e que demonstrem ter dificuldade em gerir a respectiva obra por administração directa**".

Estas duas citações dos trabalhos da Comissão servem para clarificar o entendimento consensual dos Deputados relativamente a duas matérias que tem provocado dúvidas e queixas dos sinistrados e que levaram o PSD a fazer algumas das propostas de alteração que apresentou ao D.L.R. 15-A/98/A.

Outras medidas preconizadas na proposta Social Democrata tem também uma natureza eminentemente interpretativa, tanto a nível da aclaração de conceito de habitação e, logo, da definição de comodatário.



Conhecem-se cerca de 100 processos em que a condição de comodatário não foi reconhecida.

Propõe-se ainda a possibilidade de se reconstruir em local diverso daquele em que se situava a casa por razões económicas.

A última situação que falta referir prende-se não tanto com uma interpretação da lei, mas com uma condição de justiça e solidariedade, porque de nada serve aos comodatários e arrendatários terem o direito a uma habitação nova se não existir um terreno para a construir .

São exactamente os sinistrados do primeiro escalão com maiores dificuldades financeiras que se encontram nesta situação porque, tendo direito a apoios a 100% para a construção, podem ver-se privados desse direito pelo simples facto de serem pobres e não possuírem terrenos nem possibilidades para o adquirirem.

Estas propostas de natureza interpretativa e de justiça social não virão agravar extraordinariamente o orçamento da reconstrução como quer fazer parecer o Governo.

Dar um lote a quem tem direito a uma nova casa, mas não tem nem pode comprar terreno, além de justiça elementar não representará um elevado esforço financeiro porque, felizmente, não serão muitos os casos e também porque o seu custo será pequeno relativamente ao valor das obras.

Ter o direito a uma habitação com a mesma dimensão da anterior que não pode ser construída no local inicial **por razões não imputáveis ao sinistrado** tem, não só pouco impacto orçamental, como constitui também uma questão de justiça para não lesar patrimonialmente alguém por motivo que não é da sua responsabilidade.

Permitir que os sinistrados do 2º e 3º escalão possam entrar no processo de empreitadas não representa nenhum acréscimo aos gastos com a





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

reconstrução pois que o valor despendido pelo Governo será idêntico ao que seria dado aos sinistrados, com a vantagem de estes verem as suas obras incluídas num processo que possivelmente obrigará a um menor dispêndio da parte que lhe cabia.

Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora o PS não reconheça mérito nestas nossas propostas, não deixaremos de ter em atenção a proposta socialista que, não resolvendo o grosso dos casos previstos no nosso diploma, ainda assim faz algumas recomendações que, a ser seguidas, poderão resolver alguns problemas.

Não chumbamos nada por chumbar.

Não nos interessa a origem, mas o conteúdo das propostas que vá de encontro aos problemas dos Açorianos.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É algo que nos distingue do PS.

Pretendíamos atacar na origem, legislativamente portanto, os problemas e dúvidas surgidas na aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 15A/98/A. de 25 de Setembro.

Sinceramente, entendíamos que só através da clarificação nesta Casa seria possível obrigar o CPR a acatar as recomendações que a Comissão do Sismo já fez por várias vezes e há longo tempo.

O PS vai chumbar esta nossa proposta que visava resolver os problemas de fundo e, em contrapartida, apresenta-nos um paleativo de boas intenções e recomendações a quem já provou não querer segui-las.

Pretendíamos fazer uma operação de fundo e definitiva, o PS quer resolver o caso com uma aspirina.

**Mais uma vez o espírito cego de destruição das propostas social democratas virá prejudicar os Açorianos e em concreto os sinistrados.**



Resta saber o que a Comissão e concretamente o seu Presidente irão dizer na próxima vez que enfrentaram os sinistrados.

Por nós, estamos de consciência tranquila.

Não fizemos manobras político-parlamentares dilatórias para disfarçar sisões internas.

**O PSD, ao contrário do PS está unido e convicto da sua razão.**

**O PS não estando unido, nem convicto nesta matéria opta por chumbar, por decisão superior, e por disfarçar por obrigação interna.**

Disse.

**Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foram feitas aqui várias referências à Comissão de Acompanhamento da Reconstrução e algumas delas penso que devem ser esclarecidas.

A primeira questão é que, de facto, penso que a Comissão tem funcionado bem. Os deputados têm adoptado uma postura que me parece correcta e até leal entre si. É evidente que reconheço esse facto e essa postura e os deputados da oposição na Comissão também não podem negar que os deputados do PS também têm tido essa postura e essa correcção.

Portanto, estranho que os Deputados do PS e do PSD procurem afirmar que, de facto, do trabalho da Comissão, do levantamento que fizeram e do conhecimento no terreno, os Deputados do PSD apresentaram um Projecto de Decreto Legislativo Regional que resolve todos os problemas, o Sr.



Deputado Decq Mota, com o seu processo político de pressão, que tem todo o direito de exercer e de fazer, também contribuiu para a resolução do problema e os Deputados do PS, que são maioria na Comissão, não fizeram rigorosamente nada, insensíveis à desgraça alheia, aos problemas dos sinistrados

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Quem é que disse isso?!

**O Orador:** É as conclusões que eu tiro daquilo que foi dito.

Não nos reconhecem a nós, deputados da Comissão, residentes nas ilhas sinistradas, o direito de nós próprios termos a iniciativa de levar ao Sr. Secretário um conjunto de propostas que discutimos com ele e que tiveram o seu apoio e a sua concordância e, portanto, trouxemos a esta Assembleia. Nós temos esse direito e fizemo-lo, porque nos preocupamos com os sinistrados, porque temos familiares e amigos sinistrados e porque reconhecemos que há franjas significativas que têm que ter resposta e que têm que ser resolvidas. É isso que nós estamos a fazer. É para isso que nós fazemos propostas para, de facto, resolver essas franjas e para resolvê-las de forma a não atrasar o processo de reconstrução e a dar respostas cabal e eficaz às necessidades dos sinistrados.

Nós, efectivamente, não chumbamos a Proposta do PSD, porque somos tudo aquilo que o PSD apresenta, mas chumbamos a proposta do PSD, porque nesta altura, tal como disse o Sr. Secretário na Comissão, essa proposta não faz qualquer sentido.

Nós chumbamos essa proposta, porque temos alternativas que pensamos que resolvem essas franjas, algumas ainda significativas e por isso avançamos com elas e vamos aprová-las e vamos provar, o tempo assim o dirá, bem como os sinistrados também o dirão – e não teremos nenhuma dificuldade em nos confrontarmos com os sinistrados como, aliás, o Dr.



Deputado Duarte Freitas muito bem viu que não tivemos esse problema quando demos a volta ao Pico – que as nossas propostas resolvem as situações que entendemos necessárias e porque temos soluções chumbamos o Projecto do PSD, que não faz qualquer sentido e alteraria, nesta altura do campeonato, um conjunto de regras que seriam perfeitamente absurdas e que trariam a este processo, já de si complexo, um rol ainda maior de injustiças do que algumas que existem e sempre existirão em processos desta natureza.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É natural que o cansaço e o adiantado da hora nos possa fazer, a todos, estar menos atentos e tirar conclusões precipitadas.

Eu gostava de lembrar ao Sr. Deputado Lizuarte Machado que, na minha primeira intervenção neste debate, penso que logo no início - e estará gravado e depois poder-se-á ver – disse que a evolução desta situação, ao longo desta semana se deve a vários factores, e inumerei-os por esta ordem:

- 1 à iniciativa legislativa que tinha sido apresentada;
- à posição, constatação e à acção dos deputados da maioria na Comissão; e
- declaração política que eu próprio, em nome do meu Grupo Parlamentar tinha feito.

A conjugação desses factores fez com que este assunto tivesse esta semana esta evolução.

Esta é a minha análise. Não é isso que o Sr. disse.

Tenho a ideia que cada um desses factores, de per si, não teriam tido o peso para que a evolução fosse esta. Um pouco mais adiante frisei que deputados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

de todas as bancadas tinham contribuído para esta evolução que hoje, embora tardiamente, vamos, de facto, chegar a essa conclusão.

Acho que este esclarecimento é absolutamente essencial, porque não pode ficar a ideia que eu tenha dito, que tenha pensado que se deve exclusivamente a qualquer acção da minha bancada ou doutra bancada qualquer, esta evolução que se deu nos últimos dias. Não penso e não disse isso. O que eu penso foi o que acabei de dizer e que está registado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte de Freitas.

**Deputado Duarte de Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Lizuarte Machado pretendeu dizer que uma das razões do chumbo da Proposta do PSD era porque tinham uma Proposta de Resolução que poderia resolver esses casos.

Devo dizer-lhe, antes de mais, que a Proposta de Resolução do PS não tem, obviamente, a mesma força jurídica que tem o Projecto de Decreto Legislativo Regional, por um lado, nem resolve as situações que estavam previstas na proposta do PSD.

Quer isto dizer que o PS vai chumbar, porque apresenta uma alternativa para salvar a face do chumbo. Assim é que é.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Ainda antes de apresentarem esta proposta à última da hora e com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, já haviam anunciado o chumbo da proposta do PSD. Sr. Deputado, o seu argumento cai pela base através desta explicação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Por outro lado, o Sr. Presidente da Comissão, e isto só para voltar a vincar este ponto, disse, nas reuniões na ilha do Faial a alguns sinistrados que levantaram questões, que algumas destas questões estavam previstas na proposta do PSD. Estaria implicitamente a dizer que na altura da análise desta proposta na Comissão Eventual isso seria visto e foi, pelos vistos, o Sr. Deputado José Decq Mota que lhe disse o que é que se tinha passado na Comissão de Política Geral. Portanto, ele pensava que esta proposta ia chegar à Comissão do Sismo. Mas os seus colegas não deixaram que isso acontecesse, Sr. Deputado.

Mas, disse que quando ela chegasse à Comissão esses assuntos e essas questões iam ser analisadas nessa altura.

Portanto, tudo isto revela que esta solução do Partido Socialista em apresentar uma Proposta de Resolução foi apenas para vincar, por um lado, a cega vontade de chumbar tudo o que vem do PSD, mas tentar salvar a face, por outro.

Acho que mesmo assim, infelizmente, não resultará com prejuízo para os sinistrados.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

**Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para intervir, em primeiro lugar para dizer, como membro da Comissão Eventual de Acompanhamento do Sismo, que reparei que a Comissão, em todas as reuniões, tem decidido sempre por unanimidade.

Tem havido um entendimento em todos os Grupos Parlamentares, de todos os casos apresentados pelos sinistrados, e nunca houve divergência na resolução final.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Acontece que, quando nós iniciávamos uma preparação de visita a todas as freguesias do Faial e um pouco diferente à ilha do Pico, o PSD apresentou uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional, face aos muitos problemas que eram semanalmente debatidos na Comissão.

Nós pensamos que depois de fazermos as visitas a todas as freguesias do Faial, de termos analisado os casos que nos apresentaram 220 sinistrados, não era necessário haver alteração ao Decreto Legislativo Regional. Ficámos muito sensibilizados por sabermos que não somos os únicos que pensamos isto. Pelos vistos o PCP também concorda que uma Proposta de Resolução resolve o problema. Isto porquê? Porque o que nós temos debatido na Comissão é que, de facto, isto é uma questão de interpretação, porque a lei existe.

Pensamos, de facto, que uma Proposta de Resolução vai resolver a maioria dos casos apresentados pelos sinistrados e é preciso ver que uma grande maioria dos casos apresentados, os sinistrados querem é saber quando se inicia a sua obra e por que não estão a ser cumpridas as regras de prioridades que foram atribuídas. É um facto que os colegas Deputados da Comissão não podem dizer que não é verdade.

Gostava de dizer que não é verdade que o Presidente da Comissão tenha dito que o Projecto do PSD vai resolver os problemas dos sinistrados. Isso não é verdade. O que o Sr. Presidente da Comissão disse foi que nós deputados fomos propostos para esta Comissão para resolver os problemas dos sinistrados. O PSD, no caso concreto, já apresentou uma proposta...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Isso mesmo.

**O Orador:** Não foi isso que o Sr. Deputado disse. O que o Sr. Deputado disse foi que o Sr. Presidente da Comissão tinha dito que a proposta do PSD ia resolver o problema.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Aquilo que o Sr. Presidente disse foi que os deputados desta Comissão estão disponíveis para ajudar a resolver os problemas dos sinistrados e que o PSD, por acaso, já apresentou uma proposta de alteração. Foi isto exactamente o que ele disse.

Gostava também de dizer que fico muito satisfeito em pertencer a um Grupo Parlamentar que propõe um voto de protesto a uma atitude de um funcionário do CPR contra este Parlamento. Sinto-me orgulhoso por isso. Isto prova que não existe, de facto, a razão da força, mas sim a força da razão.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

**Deputado Renato Leal (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que, com muito esforço, muito empenho e muito sentido político, todos os que temos feito parte e aqueles que não sendo membros efectivos da Comissão têm tido o prazer de nos substituir, têm vindo a dar o seu melhor para que este processo, que é um processo que se caracteriza, como todos nós sabemos, por ser um processo complexo, viesse a ser o mais rapidamente resolvido e da melhor forma possível.

O que se me afigura que está aqui em causa é, digamos, o resultado de participações generosas, sinceras, francas e interessadas de todos os representantes dos três partidos que integram esta Comissão e que têm tentado fazer com que, efectivamente, este processo ande mais depressa e os sinistrados vejam os seus problemas resolvidos o mais rapidamente possível, para bem de todos.





Afigura-se-me que cada partido gizou a sua estratégia para o plenário deste mês, que é determinante, porque já se sabia qual era a agenda que ia integrar a ordem de trabalhos, porque vivemos um período que, ao contrário do que aconteceu há 4 anos, se lançou uma pré-campanha para as autárquicas bastante mais cedo do que aconteceu em 97 e do que já tinha acontecido em 93.

Há efectivamente um período de Verão que é fértil para a actividade política e para questões como esta virem a fazer parte do dia-a-dia de quem está na política a tempo inteiro e verifico que cada partido optou por utilizar aquilo que o Regimento permite, mas não nos permitirão que nós, os socialistas, sejamos sempre permanentemente apelidados de andarmos ao empurrão.

Neste processo nós também tínhamos a nossa estratégia delineada.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Demorou foi a aparecer!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, se há alguém que não tem legitimidade para interromper e fazer de mim mimado, quando o interrompem, é V. Exa.. Permitir-me-á que tenha estado calado durante muito tempo e que tenha tido o privilégio de ter sido um bom observador. Portanto, eu gostava que não me fizesse a mim o que tem tentado fazer a outros dos meus colegas e que se têm deixado embaraçar pela sua atitude.

Optámos por não dar a conhecer as reuniões que temos vindo a fazer. É óbvio que temos vindo a fazer reuniões com o Sr. Secretário da tutela que, felizmente, tem mostrado uma maior abertura para problemas que noutros momentos, e é bom que se diga e ele também nunca o negou, não os viu da maneira como os vê agora e, efectivamente, o Partido Socialista entende que não deve, votando favoravelmente a proposta do PSD, desmanchar um esqueleto que, embora com defeitos, tem um conjunto muito grande de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

virtudes e que com a estratégia que utiliza consegue resolver um número muito significativo de problemas dos sinistrados, que existem e que são do conhecimento de todos nós.

Com todo o respeito pelo que disseram os meus amigos e Srs. Deputados desta Comissão, relativamente a casos identificados e estão identificados 220 sinistrados que passaram pelas 13 reuniões que realizámos aqui no Faial, tenhamos consciência de que enquanto houver 10 problemas para resolver, esses 10 sinistrados não se calarão e têm toda a legitimidade para fazê-lo e penso que, com o comportamento que os membros da Comissão Eventual têm tido até aqui, seja de que partido for, não baixarão os braços até que esses problemas sejam efectivamente resolvidos.

Podemos ter a certeza de que, com todos os defeitos que ainda possam existir, com os procedimentos, comportamentos e atitudes menos aceitáveis que alguns funcionários ou alguns técnicos possam ter tido, este processo está indiscutivelmente muito melhor do que em anos passados já foi e esta atitude de grande abertura demonstrada por parte da Secretaria anima-nos e permite-nos, com toda a certeza, afirmar que em outras oportunidades, outro leque de problemas idênticos a este será, efectivamente, resolvido.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir de novo para dizer concretamente a todas as bancadas, e pegando no caso concreto do artigo 80º, que é nosso entendimento que só com a aclaração legislativa é que pode resolver este problema e não as recomendações, neste caso concreto e podia citar outros.



Por outro lado, já temos assistido a várias recomendações, ao longo do tempo, da Comissão do Sismo e elas não têm vindo a ser seguidas. Chega-se a um ponto que na última reunião da Comissão alguns deputados de todas as bancadas já começaram a questionar se valeria ou não a pena estar ali, se valeria ou não a pena o trabalho da Comissão.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Da vossa bancada.

**O Orador:** Não senhor. Se quer que lhe diga eu digo-lhe quem foi. O seu colega Lizuarte Machado pôs na Comissão, e somos todos testemunhas, a questão se valia a pena ou não estar ali, se valia a pena ou não haver aquela Comissão, porque não se atende às recomendações feitas e foi relativamente àquele caso em que a Comissão já deu por duas vezes parecer no mesmo sentido, por duas vezes o CPR negou e embora reconheça que errou não dá o direito ao sinistrado. Inclusivamente foi o Sr. que sugeriu que neste caso a única solução que restava à Comissão, era escrever para o sinistrado a dizer que ele recorra à via judicial.

Assim sendo, estamos todos entendidos, porque sabemos qual é interpretação que fazemos e onde é que esta recomendações podem chegar. Não acreditamos que estas recomendações, na parte que não é necessária a via da aclaração legislativa, ou seja, na parte que seria só necessária a recomendação, não temos confiança que isto vá à frente, porque já foi provado que o CPR, que é quem gere este processo, não seguiu as outras recomendações que vieram da Comissão.

Para clarificar aquilo que se tem tentado dizer aqui que é a estratégia do PS, gostaria de dizer que a estratégia do PS tem apenas a ver com salvar a face da proposta do PSD, porque já há muito tempo se anunciou que iam chumbar e só agora, na altura do plenário, é que vêm com uma Proposta de Resolução com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Para clarificar um pouco mais, gostaria de fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Renato Leal.

Primeira pergunta:

Contava ou não, Sr. Deputado, que o diploma do PSD chegasse à Comissão do Sismo?

Segunda pergunta:

Quando é que o Sr. soube que, afinal, o diploma já havia perecido na Comissão de Política Geral?

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Perecido! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do PSD e em particular o Sr. Deputado Duarte Freitas persistem neste tipo de intervenção e neste tipo de discurso.

Sr. Deputado, essa questão que o Sr. coloca relativamente à questão do erro, eu vou clarificar o que é que se passou e o que é que eu disse.

O CPR reconhece que em determinada fase inicial do processo terá havido um erro. Entende o CPR que esse erro não gerou para o particular qualquer expectativa que mereça ser tutelada. Pelo relato parece, e a crer nas palavras do sinistrado, que poderá haver alguma expectativa legítima que mereça alguma tutela e o que foi dito pela Comissão, por sugestão minha, foi que, perante duas posições que são à partida antagónicas, a posição do CPR e a do sinistrado estão fundamentadas, e nós não temos os dados todos. O que é que resta ao sinistrado numa situação destas? Se efectivamente entende existir essa expectativa que ele acha que merece da tutela, deve recorrer a quem lhe garanta essa expectativa, deve recorrer ao poder judicial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Foi isto que eu disse e não aquilo que o Sr. Deputado aqui trouxe, não foi aquilo que o Sr. Deputado já há dois ou três dias aqui disse. É preciso clarificar as coisas.

Mais uma coisa, Sr., Deputado:

Ninguém do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Comissão, propôs a extinção da Comissão. Quem disse que, caso a Comissão não fosse ouvida, o melhor era extingui-la, foi o Sr. Deputado e para ser coerente proponha agora, na eventualidade de nós chumbarmos esse diploma, a extinção da Comissão.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Se o PSD tivesse maioria nem sequer tinha existido.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Já estava tudo feito.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu faço um apelo para que se cumpra o Regimento. Nós estamos a debater o diploma na generalidade e não me parece, a mim, pessoalmente muito útil estarmos aqui a discutir quem é que disse o quê.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, sem prejuízo do debate que deve ser rico e vivo, para que cumpramos o Regimento, porque a não ser assim penso que a utilidade deste debate se está a perder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

**Deputado Renato Leal (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo objectivamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas que penso que está bem informado, mas que em qualquer das circunstâncias pretende que eu diga em voz alta aquilo que ele já sabe, que é para ficar gravado.

Primeira questão:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Como muito bem se recorda este diploma veio em primeira mão parar à nossa Comissão, depois veio um despacho do Sr. Presidente a anular o anterior despacho e, portanto, ele foi, como penso que sempre deveria ter ido, para a Comissão de Política Geral.

Efectivamente poderia ter havido, e penso que havia espaço para essa expectativa de que ele pudesse vir à nossa Comissão, mas de acordo com o artigo 62º do nosso Regimento, que fala na competência diz que: “compete às Comissões Eventuais apreciar os assuntos objecto da sua constituição, apresentando os respectivos relatórios nos prazos fixados pela Assembleia”. Portanto, é uma questão que não é fundamental neste aspecto. Segunda e última questão.

Eu não estive na Região Autónoma dos Açores durante a semana passada. Tive conhecimento segunda-feira desta semana de que o desfecho dado ao vosso Projecto tinha sido aquele que efectivamente foi, e que o Sr. Deputado classificou-o como tendo perecido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na delegação da Assembleia Legislativa Regional, na Vila da Madalena, quando começamos a discutir a elaboração do relatório a dada altura foi feita, aliás, por todos os deputados, uma reflexão um pouco mais profunda sobre o funcionamento da Comissão, porque, de facto, o que se constatava e eu próprio constatei é que parte daquilo que fazíamos era receber a queixa do sinistrado ou às vezes só um pedido de esclarecimento, remetíamos as questões pedindo a informação ao CPR e depois encaminhávamos a resposta do CPR para o sinistrado.



Ora bem, se o papel da Comissão fosse só este é óbvio que não faria grande sentido a existência da Comissão e eu próprio afirmei que não me revia numa comissão que tivesse como único papel receber algumas questões, queixas ou pedidos de esclarecimento, endossá-los ao outro lado, que por sua vez dava uma resposta e remetíamo-la ao sinistrado. De facto, eu afirmei que não me revia numa comissão cujo único papel fosse este, mas que a Comissão tinha que fazer mais alguma coisa, tinha que ser mais activa, mais participativa e influente no processo de decisão.

Eu queria só esclarecer isto, porque não fui o único que assumi esta posição e penso que é desleal e não corresponde ao espírito do funcionamento da Comissão, que essas afirmações sejam aqui colocadas fora do contexto. Era só este esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Prescindo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para fazer notar aquilo que V. Exa. acabou de chamar a atenção ao plenário.

De facto, estamos a afastar-nos daquilo que é o objecto da nossa discussão, mas já nos afastámos há muito tempo. Já durante esta Sessão, por exemplo, quando tivemos a discutir a questão dos trabalhadores das IPSS, o que estava em causa era tão só os vencimentos, os dinheirinhos daquele pessoal e veio-se para aqui com filosofias muito interessantes, diga-se, acerca da solidariedade social, nitidamente para nos afastar do cerne do assunto. Aqui também está acontecendo a mesma coisa.



O que está em causa são 4 ou 5 respostas que o PSD pretende dar a 4 ou 5 problemas que foram detectados em encontros que nós tivemos com sinistrados e vem-se para aqui fazer elogios à reconstrução, quando não é isso que está em causa.

Nós nunca dissemos e, aliás, foi aqui reafirmado por alguns dos nossos colegas, que a reconstrução, de facto, tem um novo fôlego, como disse o Sr. Deputado Duarte Freitas e já o disse aqui a algum tempo. Pudera, com três anos a encher os pulmões tinha que ter, de facto, um novo fôlego, mas não é isso que está em causa aqui, o que está em causa é resolver 4 ou 5 problemas concretos. É só isto e se vocês estão de acordo em resolvê-los, qual é o problema? É preciso ser com uma Proposta de Resolução ou com um Projecto de Decreto Legislativo Regional? Penso que não há nenhum problema, vamo-nos então cingir àquilo que está aqui em causa.

Segunda nota:

Eu quero testemunhar, e já foi aqui dito, o bom trabalho que tem havido na Comissão e o contributo que todos têm dado, tanto os deputados da posição, como os deputados da oposição, que quando é necessário serem críticos tem-no sido, até o mais ortodoxo, Deputado Hernâni, de vez em quando, é crítico. Foi ele que classificou uma carta que o CPR andou a distribuir aí por várias pessoas, como absurda e ilegal.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Com o mesmo à vontade com que critiquei o vosso projecto.

**O Orador:** Então estamos ou não a colaborar todos? Estamos a colaborar, criticamos quando é de criticar e reconhecemos todos que a reconstrução vai andando mais rapidamente.

Terceiro caso, para o ilustre parlamentar e meu amigo Renato Leal:

“Tu, quoque, amice mi! Non erat necessitas!” Eu vou traduzir:





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

“Tu também, meu amigo Renato! Não havia necessidade!” Não havia necessidade do meu amigo fazer esse tipo de discurso que fez quando foi da Variante e que está fazendo agora um discurso de oratória deslizando.

*(Risos da bancada do PSD)*

Não era preciso isso. Desculpe, eu vou ofendê-lo na sua humildade, o meu amigo tem estaleca – estaleca está naquele dicionário da Academia de Ciências - suficiente...

**Deputado Renato Leal (PS):** Já estava no curriculum.

**O Orador:** ... para se aguentar aí no meio desse Grupo Parlamentar e no meio do Governo a tomar as atitudes que entender, quando são críticas ou quando são elogiosas.

O meu amigo tem capacidade para, no meio desta sociedade socialista que aqui está e lá fora e da sociedade faialense, se manter firme e hirto, criticando quando é de criticar.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não precisa, portanto, entrar em terrenos movediços e em zonas de risco.

*(Risos da bancada do PSD)*

Meu amigo Renato Leal, com amizade,  
Manuel Azevedo.



*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, com este momento de humor a esta hora da manhã, podemos dar por concluído o debate sobre este diploma e passar à votação.

Vamos votar, na generalidade, o Projecto de Decreto Legislativo Regional que altera o Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A, de 25 de Setembro, apresentado pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 30 votos contra do PS e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma muito breve declaração de voto.

O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se na votação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional, por entender ser essa a posição coerente com a posição e comportamento político que tomou neste processo.

Ou seja, o Grupo Parlamentar do PCP partiu do pressuposto que o quadro legislativo existente e consubstanciado no Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A, é um quadro legislativo suficiente para a boa resolução dos problemas que têm que ser resolvidos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Nesta sequência, o Grupo Parlamentar do PCP entende que encontrar-se essas soluções passa, sim, por uma atitude de orientação política com diferenças em relação àquela que tem sido tomada.

Neste quadro o Grupo Parlamentar do PCP entende que, no plano duma Resolução, desde que ela seja adequada, os problemas podem ser resolvidos.

A votação é assumida com a forma de abstenção, porque em relação a muitos aspectos da substância do documento votado não tínhamos divergências de fundo. A divergência é de metodologia política e de entendimento em relação à legislação em vigor.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aqui está mais uma prova de que andamos a entreter. O PS quer-nos entreter, tenta-nos embalar, mas mesmo a esta hora não vamos adormecer.

O PS chumba soluções de fundo, já aceites e elogiadas por alguns dos seus, e prepara-se para apresentar recomendações que, se levarem o mesmo caminho de outras, serão ignoradas e não serão cumpridas. Recomendações inócuas, mesmo que piedosas, para salvar a face e justificar atitudes precipitadas de Membros do Governo.

O PS não admite que quem habita em zonas de risco tenha direito a outra casa, noutra sítio, com as mesmas dimensões.

O PS chumba a clarificação do conceito comodatário que poderia resolver cerca de 100 casos que, por interpretações restritivas, ficam afastados de apoios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

O PS não quer a transferência de apoios de uma casa sinistrada para uma outra por razões fundamentadas.

O PS remete a solução dos sinistrados do 2.º e 3.º. escalões para estudos que o Governo iniciou com pedidos ilegais e absurdos.

Mesmo assim, não desistiremos. Manter-nos-emos aqui, ouvindo aqueles que precisam e aqueles que de nós reclamam soluções.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*